OESTE
GOIANIA-GO
Cep.: 74120-060

JORNAL DO
Sint-UFG

Órgão Informativo do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás - Dezembro/97 n.º 20

MOVIMENTO EM DEFESA DA UFG MOBILIZA A SOCIEDADE GOIANA

Paulo Guerra, Coordenador Sindical do Sint-UFG, conclamou todos para lutarem em defesa da UFG

Márcio Florentino, presidente da Adufg, denunciou o descaso do governo com as IFES

"Com Universidade Pública e Gratuita o Brasil Tem Futuro". A frase, inscrita numa faixa assinada pela Adufg, colocada atrás da mesa onde se encontravam as autoridades, sintetizava a preocupação dos participantes do Ato Público realizado no dia 24 de novembro, no Campus 2, que contou com representantes dos mais diferentes setores da sociedade para hipotecar apoio à Universidade Federal de Goiás, que vive a pior crise de sua história. Está sem recursos para pagar água, energia e telefone. Além disso, existem 139 vagas em aberto para professores e outras 450 para técnicos administrativos, sem falar que o pacote do governo federal ameaça retirar outros 200 trabalhadores que não dispõem de estabilidade.

Na qualidade de principal instituição pública de educação superior em Goiás, a UFG aglutinou em torno de si um amplo arco de forças, constituído por representantes do Executivo, Legislativo e Judiciário, da Igreja e de movimentos populares. O Presidente da Comissão de Educação da Câmara Federal, deputado Severiano Alves (PDT-BA), veio especialmente para o evento. O arcebispo de Goiânia, Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, foi enfático em seu apoio à causa da UFG, ao lembrar que "não se constrói uma nação pensando apenas na questão econômica", numa clara alusão à política recessiva do governo de Fernando Henrique Cardoso.

O vereador Fábio Tokarski (PC do B), vice-presidente da Comissão de Educação da Câmara Municipal e autor da proposta de sessão especial para discutir a situação da UFG, assinalou que "os professores e servidores estão há mais de três sem reajuste salarial e os laboratórios estão praticamente parados por falta de insumos e recursos". O Reitor da UFG, Ary Monteiro do Espírito Santo, alertou que "o perigo da privatização é real", reafirmando em seguida que a UFG possui "um enorme déficit no quadro de professores e técnicos administrativos".

O Coordenador Sindical do Sint-UFG, Paulo Guerra, denunciou as consequências da política neoliberal do governo para os setores seciais, especialmente para a educação, e conclamou todos os presentes a lutarem pela defesa da educação pública e, especialmente, contra a privatização da UFG. "A sociedade como um todo será atingida por essas medidas anti-populares do governo e não apenas as universidades", explicou Guerra.

Durante o Ato Público foi divulgado um manifesto, assinado pelas autoridades presentes, hipotecando apoio à UFG (leia na página 3).

O arcebispo Dom Antônio Ribeiro de Oliveira (ao microfone) hipotecou apoio à UFG

Mesa com as autoridades presentes ao Ato Público em defesa da UFG

Digitalizado com CamScanner

GOVERNO APROVA REFORMA, MAS RESISTÊNCIA CONTINUA

Depois de três anos de sucessivas tentativas, o governo conseguiu aprovar a Reforma Administrativa. É claro que para isso contou com os seus expedientes habituais, ou seja, a política franciscana do "é dando que se recebe". Quem deu o voto a favor do governo recebeu muito. Nunca o clientelismo foi usado de maneira tão ostensiva. Ano que vem tem eleição e a maioria dos parlamentares quer garantir o seu "pé de meia". A favor do governo também pesou a conjuntura formada com a queda das bolsas nos chamados tigres asiáticos. Criou-se uma pressão psicológica a favor da aprovação das reformas. O argumento usado era que sem elas o Plano Real ficaria vulnerável aos ataques especulativos.

A Reforma Administrativa trouxe em seu bojo inúmeros pontos danosos aos servidores públicos, uma das quais é a quebra da estabilidade, tornando possível demissões por uma simples portaria ou decreto. Logo após ter obtido essa vitória, o governo ameaçou demitir 33 mil servidores. Segundo levantamento recente, acredita-se que ultrapasse a casa dos 17 mil, o número de servidores não estáveis, todos eles passíveis de demissão. Apenas na UFG, são mais de 200.

Outro ponto extremamente grave: sempre que os gastos ultrapassarem 60% do orçamento (federal, estadual e municipal), os governos estarão autorizados a promover demissões para equilibrar as suas receitas. Como o pacote fiscal do governo é claramente recessivo, a possibilidade de diminuir a arrecadação é plausível de acontecer. Somando-se a tudo isso, o pacote também acabou com o regime jurídico único.

No tocante às universidades públicas, sabe-se que existe uma escassez de pessoal. Faz-se necessário, portanto, que os Conselhos Universitários e outras instâncias da Universidade aprovem resoluções deixando claro que "Não há demissíveis nas Universidades! Nenhuma Demissão!". Isso faz parte do processo de resistência contra o desmonte do Estado, e, particularmente, em defesa das universidades.

Na atual conjuntura é inadmissível a postura vacilante da Andifes, que ainda não assumiu um posicionamento dúbio quanto às demissões. A entidade não pode ficar em cima do muro, especialmente no momento político que vivemos, de extrema gravidade para o futuro das universidades públicas. Mais que nunca, é necessário colocar-se contra as reformas do governo e pela manutenção dos serviços públicos no país.

Dentro dessa linha, foi exemplar a mobilização em torno da defesa da UFG, realizada no dia 24 de novembro. Diferentes segmentos da sociedade goiana participaram do Ato Público, com o apoio da Câmara Municipal de Goiânia, que evidenciou o prestígio e a influência que a UFG ainda dispõe. Foi uma iniciativa digna de aplausos e que deve ser repetida sempre que o momento exigir. Devemos nos preparar para novas mobilizações como essa. Resistiremos. Um Feliz Natal e Um Ano Novo de Muitas Lutas e Conquistas!

Andifes assume posição vacilante

Nos dias 13 e 14 de novembro, o Conselho Pleno da Andifes reuniu-se em Aracuju (SE), quando aprovou ao final dos trabalhos a "Carta de Aracaju: Reitores Alertam a Nação". Nesse documento, que foi publicado no Jornal Correio Braziliense, no dia 19/11/97, os dirigentes manifestaram-se veementemente contrários à possibilidade de inclusão de servidores da IFES, considerados não estáveis , em eventuais listas de demissíveis. O Conselho Pleno entendeu que a diminuição dos já escassos quadros de servidores pode inviabilizar as atividades das instituições. Cópia do documento foi enviada ao MEC.

Contraditoriamente, no dia 18/11/97, o presidente da Andifes, Reitor Tomaz Aroldo da Mota Santos, respondeu, através de ofício, solicitação do Secretário de Ensino Superior do MEC, Professor Abílio Baeta Neves. O presidente informou que o levantamento parcial dos servidores das IFES considerados não estáveis chegou ao número de 13.706. Informa, ainda, que "em algumas IFES este conjunto de servidores alcança até um terço dos funcionários em atividade".

Essa atitude do presidente da Andifes causou grande revolta no meio universitário, pois foi interpretada como uma postura "colaboracionista", além de vacilante e contraditória por parte de uma entidade que conhece profundamente a realidade de nossas universidades. Tanto é que assim que a Carta de Aracaju coloca o dedo na ferida ao apontar a escassez de quadro de servidores, além de repudiar a possibilidade de "listas de demissíveis".

Para Paulo Renato não existe crise nas universidades

Não existe crise nas universidades e não faltam recursos para essas instituições. A afirmação é do Ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e foi feita durante reunião conjunta das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Educação. O Ministro chegou a dizer que possui documentos comprovando o que disse. Estas declarações causaram perplexidade no meio universitário, uma vez que foram feitas em tom agressivo e ameaçador, especialmente, ao se referir aos reitores.

Paulo Renato expôs as universidades a uma situação inaceitável, pois as colocou como objeto de especulações, que não se coadunam com os princípios da transparência e democracia, imprescindíveis à correta gestão dos serviços públicos. Nesse sentido, a Fasubra está solicitando da Andifes que faça esclarecimento público sobre estas questões, bem como ao Ministro Paulo Renato.

Ainda durante a reunião das Comissões, o Ministro anunciou o "retorno"da tramitação da PEC 370 que, caso seja aprovada, causará grandes malefícios para a universidade. Desde já, é necessário iniciar a mobilização em prol da sua rejeição. A Fasubra, bem como todas as entidades de base, está atenta ao problema e conclama todos os servidores para que resistam a mais este golpe que o governo FHC quer impor à categoria.

EXPEDIENTE

JORNAL DO SINT-UFG

Órgão de Divulgação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

5ª Avenida, esq. c/ 227 - Setor Universitário - Goiânia - Goiás - Fone: (062) 261-4465

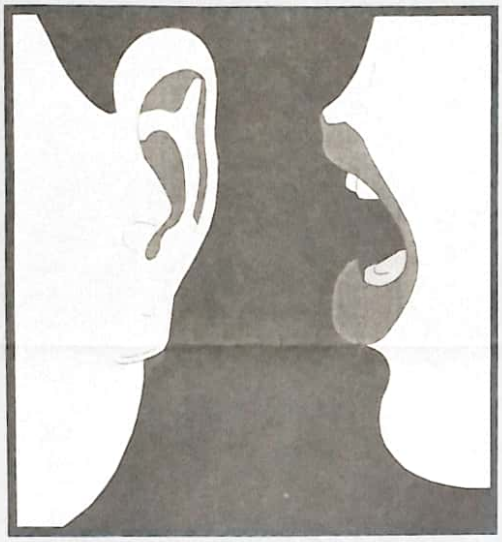
Coordenação Sindical: Paulo César de Souza Guerra
Coordenação Sindical Adjunta: João Pires Júnior
Coordenação de Org., Adm., Fin.:
Pat. e Planejamento: Agostinho de Lima e Silva
Coordenação de Org., Adm., Fin.:
Pat. e Planejamento Adjunto: Joaquim Leita de São José
Coordenação Social: Fátima dos Reis
Coordenação Social Adjunta: Waldemar José da Silva
Coordenação de Formação e
Política Sindical: Honório Ângelo da Rocha
Coordenação de Formação e Política
Sindical Adjunta: Joel Vieira de Souza
Coordenação de Imprensa e Divulgação: Olinto Costa Melo Filho
Coordenador de Imprensa e
Divulgação Adjunta: Rosair Pereira Rosa
Coordenação de Aposentados e Pensionistas: Dalenilde Pereira Coqueiro
Coordenação de Aposentados e
Pensionistas Adjunta: Maria de Lourdes Ferreira Câmara
Secretaria de Org. e Administração
da Sede Social: Izabete da Silva Ataide
Secretaria de Org. e Administração da
Sede Social Adjunta: Lúcia Maria de Lima
Secretaria de Assuntos Jurídicos
e Trabalhistas: Paulo Eduardo Resende
Secretaria de Assuntos Jurid. e
Trabalhistas Adjunta: Judith Maria Darques
Secretaria de Esporte
e Cultura: Tertuliano Francisco de Lima Neto
Secretaria de Esporte e Cultura Adjunta: Luis Mauro da Silva
Jornalista Responsável:
Francisco Barros (Reg. Prof. 4756/73/10) - Fone: (062) 281-7618
Coordenação Gráfica: Editora Kelps - Fone: (062) 225-8116

Digitalizado com CamScanner

3ª Conferência dos Trabalhadores da CUT

A crise das Bolsas asiáticas que se espalhou pelo mundo há poucos dias revelou a fragilidade da estabalização da economia, vulnerável a abalos ocorridos do outro lado do planeta. A reação do governo FHC foi imediata: depois de dizer que o Real estaria protegido da crise, baixou um pacote de ajuste fiscal cujo principal objetivo anunciado pelo governo é arrecadar R$ 18,7 bilhões, dinheiro necessário para cobrir o rombo aberto com a alta de juros. Ao mesmo tempo, ao retomar o discurso de que é necessário concluir as reformas para resgatar a credibilidade do país diante dos investidores (melhor dizer especuladores) internacionais, desnuda o objetivo maior do pacote, que é o de fazer avançar as próprias reformas.

A alta de juros foi a saída escolhida pelo governo para tentar segurar os especuladores, que com a queda das Bolsas correram a retirar o dinheiro do Brasil, tanto para cobrir seus prejuízos lá fora quanto por desconfiarem da estabilidade econômica do Real. Somente em um dia foram embora R$ 4,8 bilhões. A crise das Bolsas reforçou o discurso governista no Congresso para a aprovação das reformas, proporcionando ao governo FHC mais uma oportunidade de pôr em prática a troca de favores com os parlamentares da sua base de apoio, a um custo estimado de mais de R$ 1 bilhão, somente para a aprovação, em 2º turno, da reforma administrativa - obtida com 351 votos. E



o mesmo já está sendo preparado para a reforma da previdência, aprovada no Senado.

A divulgação do pacote fiscal provocou reação negativa na população, por seu caráter recessivo e porque está provocando mais desemprego e miséria, foi rejeitado nas pesquisas de opinião, que também apontaram para a queda nos índices de popularidade de Fernando Henrique Cardoso. Em consequência direta do pacote, várias empresas já demitiram e deram férias coletivas. E o governo, da sua parte, além dos efeitos nocivos dos cortes no orçamento federal para os serviços públicos, já anunciou a demissão de 33 mil servidores não estáveis, de um total de 55 mil, o que significará o fechamento de unidades, acarretando mais prejuízos para a população, dando assim um "exemplo"e exigindo que estados e municípios façam o mesmo, podendo chegar a um total de 1,5 milhão de demissões. Portanto, é o momento oportuno para intensificar a campanha que a CUT vem desenvolvendo contra o desemprego e pela redução da jornada de trabalho.

Neste cenário, a Central Única dos Trabalhadores tem o importante papel de organizar e mobilizar os trabalhadores em serviço público das três esferas de governo, ao mesmo tempo em que deve dialogar com a população com o objetivo de esclarecê-la sobre os verdadeiros objetivos do pacote e dessas "reformas". Por essa razão, os trabalhadores em serviço público devem participar das manifestações do dia 5 de dezembro, com paralisações onde for possível, e também do Encontro contra o Neoliberalismo, no dia 6 de dezembro, no ginário do Ibirapuera (São Paulo), onde estarão propondo a construção da Greve Geral.

Alvo de algumas das medidas provisórias do governo FHC, os sindicatos de trabalhadores em serviço público se vêem às voltas com um retrocesso nos direitos e garantias conquistados com a Constituição de 1988. Vários direitos trabalhistas e sindicais, como o direito de greve, de negociação coletiva e do livre exercício da atividade sindical, encontram-se ameaçados, exigindo de nossas entidades e da CUT uma resposta eficaz.

Conscientes dos desafios apresentados, os trabalhadores reunidos na 3ª Conferência dos Trabalhadores em Serviço Público da CUT propõem:

- Calendário unificado de atividades do cojunto de trabalhadores em serviço público das três esferas;
- Intensificar a atuação das fóruns estaduais dos trabalhadores em serviço público das três esferas, junto às CUTs Estaduais;
- Lutar contra as reformas administrativa e previdenciária;
- Divulgação de Carta Aberta à População, denunciando o pacote fiscal do governo e as reformas;
- Realização de Seminários e Debates abertos à participação de toda a categoria para aprofundar as discussões sobre a Reforma do Estado e Organização Sindical no setor público;
- Fazer um levantamento das demissões de servidores nas esferas federal, estadual e municipal, denunciando FHC, governadores e prefeitos como responsáveis pelo aprofundamento do desemprego e da miséria no país;
- Denunciar todos os parlamentares que votaram com o governo nas propostas de reforma administrativa, em suas bases eleitorais;
- Fazer ampla campanha contra a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, governadores e parlamentares de sua base de sustentação;
- Chega de FHC. FHC nunca mais!

São Paulo, 21 e 22 de novembro de 1992

Manifesto à sociedade goiana

UFG apresenta-se como a principal instituição pública de educação superior do Estado de Goiás, constituindo-se também numa referência para a região Centro-Oeste. Ao longo de sua existência, já formou cerca de 36 mil profissionais em diversas áreas: responde pela maior parte da produção científica do Estado. Assim, não restam dúvidas quanto à sua importância e sua contribuição definitiva para o desenvolvimento econômico, social e cultural de Goiânia e de Goiás.

Dessa forma, sua preservação e sua manutenção com dignidade, com recursos suficientes, com salários dignos para seus servidores, docentes e administrativos, constituem-se em pré-requisitos para a democracia e para o progresso do Centro-Oeste.

A falência da UFG, com sua consequente privatização, como se pretende, representa o mais colossal retrocesso da educação no País e em nossa região. Essa é a mais certeira e violenta agressão que se desfecha sobre a sociedade goiana.

Por tudo isso, os abaixo-assinados, representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, dos movimentos sindical, popular e estudantil, dos professores e administrativos da UFG, manifestam irrestrito apoio à Universidade Federal de Goiás.

A Universidade Federal de Goiás Não Pode Morrer!

Goiânia, 24 de novembro de 1997

Digitalizado com CamScanner

SINT-UFG PARTICIPA DE ATIVIDADES POPULARES EM SÃO PAULO

A sociedade se uniu, dias 5 e 6 de dezembro em São Paulo, contra a política neoliberal de FHC. Dia 05/12, ocorreu a Marcha pelo Emprego reunindo Partidos Políticos de Oposição, sindicatos, estudantes e entidades da sociedade civil. Partindo de vários pontos do País, os estudantes se concentraram na Avenida Paulista; os representantes de entidades sindicais e outras organizações na Praça da República. A união das marchas se deu às 17 h na Praça da Sé, onde mais de 4 mil manifestantes realizaram Ato Público.

Os discursos centraram-se na necessidade da reação social contra o desemprego e as reformas apregoadas pelo governo. Vicentinho, presidente da CUT, manifestou-se contra a redução dos salários e da jornada em troca da manutenção de empregos. Lula defendeu a organização dos desempregados, propondo que se inicie a instalação de acampamentos de desempregados na frente do Palácio do Planalto, das sedes dos governos estaduais, de prefeituras e entidades patronais, como a FIESP.

No dia seguinte, 06/12, ocorreu o Encontro Popular Contra o Neoliberalismo - Por Trabalho, Terra e Cidadania, no Ginásio do Ibirapuera. Mais de 4.500 pessoas estiveram presentes ao evento. Foi aprovada uma plataforma unitária de ações a ser implementada pelas entidades civis (entidades sindicais, de movimentos populares, partidos políticos, entidades estudantis, etc.). Também foi elaborada uma "Carta à Sociedade" (confira abaixo).

Conforme deliberação da Plenária Nacional da Fasubra, realizada dia 19 de novembro, em São Paulo, que entendeu como fundamental a participação dos servidores técnico-administrativos nas caravanas, a Fasubra Sindical esteve presente nessas atividades, através da representação de sua Direção Nacional e delegações de várias filiadas, inclusive delegação de servidores técnico-administratrivos da UFG, que foi acompanhada pelo Sint-UFG, que por sua vez compunha uma carava de entidades goianas que lotaram 18 ônibus.

Manifesto contra o neoliberalismo

No momento em que nos reunimos, o povo brasileiro sofre com o pacote do governo Fernando Henrique Cardoso. Concretizando sua política, ele ataca brutalmente a nação. Novas demissões somam-se ao já dramático quadro de desemprego. Tudo é feito para favorecer interesses minoritários, dos que lucram com os juros altos e com a miséria do povo. A maior empresa privada do Brasil, a multinacional Volkswagen, por exemplo, ameaça com 10 mil demissões os metalúrgicos que recusaram uma redução dos salários.

Por que o Brasil é um dos países mais atingidos pela crise financeira que estourou do outro lado do mundo? Porque a política de Fernando Henirque nos deixou à mercê da agiotagem internacional. E qual foi a reação do governo? Primeiro dobrou os juros, na esperança de aplacar o apetite dos agiotas. Depois, baixou o Pacote de Novembro, arrancando 20 bilhões de reais da sociedade para cobrir os efeitos da alta dos juros.

Fernando Henrique mentiu. Prometeu desenvolvimento, mas trouxe recessão, desemprego e quebradeira. Falou em distribuição de renda, mas enriqueceu os ricos e empobreceu os pobres. Anunciou justiça social, mas só ajudou os banqueiros e especuladores. Acenou com a reforma agrária, mas pôs a polícia para perseguir e massacrar os sem-terra. Posou de democrata, mas governa por medidas provisórias, comprou deputados, favoreceu os financiadores da sua candidatura, aliou-se aos filhotes da ditadura e às oligarquias corrompidas, desnaturou a Constituição da República com a manobra da reeleição. Disse que ia investir em saúde e educação, mas empenhou os recursos do Estado e da Nação no pagamento dos juros das dívidas externa e interna. Para pagá-los, liquidou o patrimônio das estatais mais importantes e lucrativas, aumentou os impostos, investiu contra os direitos dos aposentados, dos trabalhadores dos setores público e privado.

É hora de dar um basta a essa situação inaceitável. Rejeitamos essa política. Falamos em nome de milhares de organizações, movimentos, entidades e partidos, de todos os Estados da Federação. Representamos os interesses populares e democráticos, a maior parte da sociedade organizada do país. Não fazemos oposição ao Brasil, como o presidente insinua em sua arrogância imperial. Nós somos o Brasil, os brasileiros e as brasileiras, o país de carne e osso que vive, sofre e luta fora dos palácios de Brasília.

Somos os sem-emprego e os sem-carteira assinada, os sem-terra e os sem-aumento de salário, os sem-casa, sem-segurança, sem-aposentadoria, os usuários dos serviços públicos que o governo sucateia. Somos as maiorias sociais, a juventudade ameaçada pela perspectiva da barbárie neoliberal, as mulheres violentadas pela discriminação de gênero, os não-brancos oprimidos pelo racismo. Somos os estudantes e professores, os trabalhadores das ciências e das artes, os intelectuais que não se vendem. Somos os pequenos empresários e agricultores sufocados pela política atual. Somos, em uma palavra e com muito orgulho, o povo brasileiro.

Temos consciência do passo inédito que damos aqui, no Ginásio do Ibirapuera, em São Paulo. Pela primeira vez reunimos tantos representantes de tão vastos setores e de todos os recantos do país, respeitando e valorizando nossa diversidade e construindo com ela um novo patamar da nossa unidade. Os que virão depois de nós hão de ter a dimensão histórica do passo que damos hoje.

Reafirmamos nossa plataforma comum antineoliberal, de luta por trabalho, terra e cidadania. Defendemos o desenvolvimento sustentável, soberano e solidário, a reforma agrária, uma nova política industrial, de defesa do trabalho e do salário, a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, a reforma urbana e o reengajamento do Estado na promoção da saúde e da educação, medidas de distribuição da renda, de combate à exclusão, preservação do meio ambiente, defesa da Amazônia, resgate da soberania nacional no enfrentamento da dívida externa, radicalização da democracia. Esta é uma alternativa concreta para a transformação da sociedade, oposta à modernidade de Fernando Henrique e do FMI.

A vitória será nossa. Ao repudiarmos uma globalização que divide o planeta em globalizadores e globalizados, estendemos as mãos a nossos irmãos da América Latina e de todos os continentes. Somos companheiros da mesma resistência, que por toda parte cresce, dá frutos e impõe derrotas ao neoliberalismo.

A condição para a vitória é a mobilização concreta de milhões por seus direitos e interesses. Juntos, construiremos essa grande mobilização nacional. Desde já reforçamos o combate às demissões, a defesa da Previdência, dos direitos dos trabalhadores e do povo, convergindo para uma grande Marcha pelo Emprego a partir de 1º de Maio de 1998. Lançamos aqui as sementes que germinarão em lutas do povo. Outros companheiros reforçarão e enriquecerão o movimento. Juntos, avançaremos na conquista de um Brasil soberano, livre, próspero, feliz.

Digitalizado com CamScanner